



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO



"Cidade símbolo da Integração brasileira com países do MERCOSUL"

(Lei Federal 12.095 de 19/11/2009)

Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAMA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - DEMA

**ALVARÁ DE MANEJO VEGETAL - AMV**

**AMV 0005-2022**

O SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE criado pela Lei Municipal nº 5.060/2006 de 30 de março de 2006, e suas legislações pertinentes onde o Departamento Municipal de Meio Ambiente - DEMA habilitado pela Resolução CONSEMA nº 025/2002 - DOE em 12/11/2002, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06/06/90 e atribuições municipais com base na Resolução nº 237 de 19 de dezembro de 1997, Resolução CONSEMA nº 05/98 de 19 de agosto de 1998, Resolução CONSEMA nº 04/2000 de 28 de abril de 2000, Resolução CONSEMA 167/2007 de 19 de Outubro de 2007, Resolução Lei Complementar nº 140 de 8 de dezembro de 2011, Resolução CONSEMA 372/2018 de 02 de março de 2018, Resolução CONSEMA 379/2018 de 17 de agosto de 2018 e Convênio de Delegação de Competências exarado pela FEPAM e DEMA, bem como demais legislações pertinentes ao tema, com base nos autos protocolares, processo administrativo municipal **MEMO INTERNO 133/2021 de 08 DE JULHO DE 2021** - SEPLAMA/DEMA, expede o presente **ALVARÁ DE MANEJO VEGETAL - AMV** que autoriza a:

**EMPREENDEDOR/REQUERENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - DEPTO DE PLANO DIRETOR**

**CNPJ: 88.124.961/0001-59**

**ENDEREÇO: Rua Allan Kardec, 55**

**BAIRRO: Centro**

**MUNICÍPIO: Sant'Ana do Livramento - RS**

**Para promover a atividade de:** Poda/condução/supressão VEGETAL EM TRECHO DE ÁREA URBANA NA AVENIDA JOAO PESSOA, compreendendo ENTRE A RIVADÁVEA CORREA E SALGADO FILHO, intervenção necessária para construção civil referente ao PROJETO DE INTERVENÇÃO URBANA NA AV. João Pessoa na região do Cerro do Marco.

**Localizada:** AVENIDA JOAO PESSOA, compreendendo ENTRE A RIVADÁVEA CORREA E SALGADO FILHO, intervenção necessária para construção civil referente ao PROJETO DE INTERVENÇÃO URBANA NA AV. João Pessoa na região do Cerro do Marco.

**Situação legal:** MANEJO DE VEGETAÇÃO EM ÁREA URBANA

**Ramo de Atividade:**

MANEJO DE RECURSOS  
NATURAIS

**Impacto Ambiental:**

**MÉDIO**

## CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES:

### I - Quanto ao Projeto de Manejo:

1. Área Total da Propriedade:...
2. Área de Floresta Plantada: ...
3. Área de Floresta Nativa: ...
4. Área de Preservação Permanente: ...
5. Área de Reserva Legal: \*-\* ha ( ) averbada ( ) não averbada
6. Área de Influência de Manejo
7. Volume/quantidade de material gerado: 10 árvores de espécies como *Melia azederach* (Cinamomo), *Schinus Molle* (Aroeira mole/Anacauita) e *Nerium Oleander* (Espirradeira).

Sendo constatadas 10 árvores com necessidade de intervenção para realização do projeto.

### II - Quanto às características da área de aplicação:

8. A LIMPEZA E ROÇADA DA VEGETAÇÃO, E A SUPRESSÃO DAS ÁRVORES PERMITIDAS deverá contemplar somente aquela explicitada na alternativa apresentada para a intervenção na área e local indicado;

#### 9. PONTO DE INTERVENÇÃO.

PONTOS DE AMARRAÇÃO.	
-30.533425°	-55.323114°

10. O material resultante da intervenção em área urbana envolvendo galhos e ramos deverão ser destinados para o Centro de Recolhimento de Podas do Município e quando a intervenção se der em área rural esses resíduos deverão sofrer redução de volume e empilhados em regiões que não atrapalhem transito de animais e/ou causem modificam do relevo/paisagem.

11. NÃO É PERMITIDA A QUEIMA DE RESÍDUOS TANTO VEGETAIS COMO OUTROS GERADOS NO LOCAL DO MANEJO DA VEGETAÇÃO OBJETO DESTE PROCESSO A CÉU ABERTO;

12. A limpeza e roçada da vegetação, e a supressão das árvores permitidas poderão ser fracionadas, devendo ser realizada dentro dos prazos deste ALVARÁ DE MANEJO VEGETAL - AMV;



13. Se o manejo for realizado com uso de motosserras, estas deverão possuir cadastro com Registro de Proprietário de Motosserra em vigor, junto ao INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA - Cadastro Técnico Federal;
14. São consideradas Áreas de Preservação Permanente (APPs) conforme Código florestal 12.651 de 25 de maio de 2012, e Art. 155 da Lei Estadual nº 11.520 (Código Estadual do Meio Ambiente), de 03 de agosto de 2000, as áreas situadas:  
Em locais de refúgio ou reprodução de exemplares da fauna ameaçadas de extinção que constem de lista elaborada pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.
15. É proibido o uso do fogo ou queimadas nas florestas e demais formas de vegetação natural, conforme Art. 28 da Lei Estadual nº 9.519, de 21 de janeiro de 1992;
16. Não deverá haver qualquer tipo de lançamento de resíduos / despejos nos recursos hídricos ou em áreas de uso agrícola e APP's;
17. Todos os envolvidos com o licenciamento desse empreendimento (proprietários, arrendatários / parceiros ou outros), deverão obedecer aos termos, condições e restrições impostas por essa Licença;
18. São considerados bens de interesse comum as florestas e demais formas de vegetação natural de seu interior, não devendo ser suprimidas, cortadas ou destruídas parcial ou totalmente, conforme Art. 6º da Lei Estadual nº 9.519 (Código Florestal), de 21 de janeiro de 1992, sem a devida autorização prévia do órgão florestal competente- Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP);
19. Matas ciliares e demais formas de vegetação em áreas de preservação permanente definidas em Lei não podem ser suprimidas total ou parcialmente, conforme Art. 23 da Lei Estadual nº 9.519, 21 de janeiro de 1992;
20. São espécies definidas como imunes ao corte em todo o território do Rio Grande do Sul, o algarobo (*Prosopis nigra*), o inhaduvá (*P. affinis*), as figueiras nativas do gênero *Ficus*, corticeiras do gênero *Erythrina*, conforme


Arts. 14, 33 e 34 da Lei Estadual nº 9.519, 21 de janeiro de 1992;

21. Este Alvará só é válido para as condições contidas acima e pelo período de 1 ano (um ano) a contar da data de emissão deste Alvará.
22. Caso algum prazo estabelecido nesta licença for descumprido, automaticamente esta perderá sua validade, incidindo multa por descumprimento da legislação ambiental;
23. Este documento também perderá a validade, caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade;
24. O presente Alvará só autoriza a atividade, a área em questão e o requerente acima especificado;
25. Este Alvará não dispensa nem substitui quaisquer Alvarás ou Certidões de qualquer natureza exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais Licenças Ambientais;

Este documento deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

VALIDADE DESTE ALVARÁ: 18 de julho de 2022 à 18 de julho de 2023

Sant'Ana do Livramento, 18/07/2022



Paulo Ricardo Flores Ecoten  
Secretário Municipal de Planejamento  
e Meio Ambiente - SEPLAMA/DEMA